

## RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIZADOS

*RECOGNITION, MEASUREMENT AND DISCLOSURE OF FIXED ASSET*

**Sady Mazzioni 1**  
**Cleitom Luiz Bianchi 2**  
**Daniela Di Domenico 3**  
**Silvana Dalmutt Kruger 4**  
**Omeri Dedonato 5**

**RESUMO:** O objetivo do estudo foi analisar o nível de conformidade nos critérios de mensuração, reconhecimento e evidenciação dos ativos imobilizados em empresas do subsetor de transporte listadas na BM&FBOVESPA. Procurou-se verificar se os critérios adotados pelas empresas da amostra atendem aos critérios emitidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 27 e identificar os métodos utilizados para evidenciar os itens do ativo imobilizado. O estudo caracteriza-se como descritivo, de análise documental e com abordagem quantitativa. A amostra compreende 39 empresas do setor de transporte e a coleta de dados foi elaborada a partir de um check list composto por nove itens baseados no Pronunciamento Técnico CPC 27. Para a análise dos dados foram utilizadas técnicas da estatística descritiva, correlação de Pearson, teste t de médias, teste de Levene e regressão linear multivariada. Os resultados indicaram que as 39 empresas apresentaram uma média de 72,08% de atendimento aos itens requeridos pelo CPC 27 e apenas quatro empresas cumpriram com todos os itens. Em relação às variáveis explicativas, as empresas maiores e aquelas auditadas por big four apresentaram relação positiva com a variável dependente, confirmando que o índice de evidenciação relativo ao ativo imobilizado é influenciado pelo tamanho das empresas e pelo tipo de auditoria.

**PALAVRAS-CHAVE:** CPC 27. Conformidade. Subsetor de transporte.

**ABSTRACT:** *The aim of the study was to analyze the compliance level in the measurement, recognition and disclosure criteria of fixed assets in the subsector transport companies listed on the BM&FBOVESPA. It sought to determine whether the criteria adopted by the companies in the sample meet the criteria issued by the CPC 27 and identify the methods used to highlight items of fixed assets. The study is characterized as descriptive, document analysis and a quantitative approach. The sample consists of 39 companies in the transportation sector and data collection was drawn from a checklist consists of 09 items based in CPC 27. For the data analysis techniques were used descriptive statistics, Pearson correlation, t test medium, Levene test and multivariate linear regression.*

---

1 Doutor em Ciências Contábeis e Administração (FURB). Professor do mestrado em Ciências Contábeis e Administração na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Chapecó – SC – Brasil. sady@unochapeco.edu.br

2 Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Chapecó – SC – Brasil. cleitom\_bianchi@unochapeco.edu.br

3 Mestre em Ciências Contábeis (FURB). Professora na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Chapecó – SC – Brasil. didomenico@unochapeco.edu.br

4 Doutoranda em Contabilidade (UFSC). Professora na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Chapecó – SC – Brasil. silvanak@unochapeco.edu.br

5 Mestre em Ciências Contábeis (FURB). Professor na Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Chapecó – SC – Brasil. omeri@unochapeco.edu.br

*The results indicated that 39 companies had an average of 72.08% of service to items required by CPC 27 and only 4 companies have complied with all the items. Regarding the explanatory variables, larger companies and those audited by the big four had a positive relationship with the dependent variable, confirming that the disclosure index for fixed assets is influenced by the size of companies and the type of audit.*

## 1 INTRODUÇÃO

O processo brasileiro de mensuração, reconhecimento e evidenciação contábil sofreu mudanças significativas a partir da promulgação da Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007, inclusive para os ativos imobilizados. Essas mudanças tiveram como propósito convergir as normas contábeis brasileiras, que passaram a ser emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) criado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com as normas internacionais de contabilidade, as International Financial Reporting Standards (IFRS).

Quanto aos aspectos positivos relacionados à obrigação das empresas brasileiras em aderir às novas práticas internacionais de contabilidade (IFRS), podem-se considerar informações mais concretas e unificadas, menor risco aos investidores, possibilidades de maior sucesso para as empresas brasileiras nos negócios internacionais e ingresso do capital externo no Brasil (IUDÍCIBUS et al.; 2010).

As mudanças no ambiente contábil brasileiro trouxeram uma série de inovações à contabilidade nacional, alterando os métodos de contabilização e reconhecimento de alguns ativos, passivos, receitas e despesas. Essas alterações, que visam convergir os procedimentos às normas internacionais, estão impactando os demonstrativos contábeis das empresas que iniciaram a adoção das normas contábeis emitidas pelo CPC (REIS; NOGUEIRA, 2013).

A mensuração dos ativos imobilizados é um processo repetitivo, uma vez que não termina com o valor econômico mensurado, podendo ser identificada a necessidade de novas mensurações a fim de alinhar as características da organização aos objetivos propostos (RAUPP; BEUREN, 2006).

O presente estudo está relacionado ao CPC 27 - Ativo Imobilizado (2009), composto por todos os ativos tangíveis ou corpóreos de permanência duradoura, utilizados para o funcionamento normal da sociedade e de seu empreendimento, assim como os direitos exercidos com essa finalidade (IUDÍCIBUS et al., 2010).

A Lei 6.404/76 (também chamada Lei das Sociedades Anônimas), em seu artigo 8º, admite a possibilidade de se mensurar os ativos de uma companhia pelo seu valor de mercado, chamando isso de reavaliação. Aquela Lei permitia a mensuração espontânea como fonte da “Reserva de Reavaliação”, originada do aumento ou diminuição no valor do bem do Ativo Imobilizado, quando confrontado com o valor de mercado do bem. Porém, conforme argumenta Murcia et al. (2013), muitas empresas agiram a partir de interesses próprios e em desacordo com as orientações e objetivos da reavaliação, utilizando-se dessa possibilidade para transformar patrimônios líquidos negativos em positivos e reduzir os dividendos a serem distribuídos.

Eckert et al. (2012) observa que a alteração nas formas de mensuração e reconhecimento dos bens do ativo imobilizado alteraram de forma significativa as informações apresentadas por meio das demonstrações contábeis. O processo de mudanças em relação à mensuração de ativos destaca-se a partir da Lei 11.638/07, que altera a Lei 6.404/76, visando conciliar a prática contábil brasileira com as normas do cenário internacional. Com a promulgação da Lei 11.638/07 juntamente a Lei 11.941/09, eliminou-se a possibilidade de constituir “Reserva de Reavaliação” e de ser feita espontaneamente após 1º/8/2008.

O Art. 4º da Instrução CVM 469, de 2 de maio de 2008, regulamenta os procedimentos quanto à reserva de reavaliação. Nela, é autorizado que os saldos das reservas de reavaliação

Nela, é autorizado que os saldos das reservas de reavaliação constituídos até a vigência da Lei 11.638/07 poderão ser mantidos até a sua efetiva realização ou até serem estornados. Quanto ao estorno, as companhias abertas poderão fazê-lo até o final do primeiro exercício social iniciado a partir de 1º de janeiro de 2008.

A evidenciação contábil no balanço patrimonial referente à “reavaliação de ativos” era constituída no Balanço Patrimonial (BP), em conta de patrimônio líquido como reserva de reavaliação. Após os novos pronunciamentos legais e normativos, passou a constituir o patrimônio líquido, como “Ajuste de Avaliação Patrimonial”.

O Pronunciamento Técnico CPC 27 (2009) estabelece os critérios de registro, mensuração, avaliação e evidenciação dos elementos que compõem o ativo imobilizado, indica os critérios para estabelecer julgamentos e realizar o reconhecimento dos itens do ativo imobilizado, a mensuração do custo, métodos e períodos de depreciação, e nas condições de redução ao valor recuperável.

Diante dessas considerações, o estudo pretende responder ao seguinte problema de pesquisa: Qual o nível de conformidade nos critérios de mensuração, reconhecimento e evidenciação dos ativos imobilizados em empresas do subsetor de transporte listadas na BM&FBOVESPA?

Justifica-se esse estudo pela necessidade de compreender os critérios adotados por empresas do subsetor de transporte listadas no sítio da BM&FBOVESPA, após a edição do CPC 27 em relação às práticas anteriores. Segundo Mazzioni et al. (2013), em termos de normativa de avaliação dos itens patrimoniais do ativo imobilizado, migrou-se de uma regra estática para procedimentos mais dinâmicos e se pretende verificar se as empresas incorporam esses conceitos em seus procedimentos. Considerando a relevância desta pesquisa torna-se oportuna, pois diante e com outros estudos, contribuirá para esclarecer e sanar dúvidas acerca da conformidade dos registros contábeis das empresas de transporte.

Além desta seção de caráter introdutório, a seção 2 apresenta a revisão da literatura, abordando a evidenciação contábil e a convergência com as normas internacionais de contabilidade relacionadas aos ativos imobilizados, observando a sua representatividade no balanço das empresas, além de estudos correlatos de natureza similar. Na seção 3 apresentam-se os procedimentos metodológicos que deram sustentação à análise dos resultados. Na seção 4 tem-se a análise dos resultados obtidos por meio da investigação e na seção 5 apresentam-se as conclusões e indicações de pesquisas futuras.

O objetivo do estudo é analisar o nível de conformidade nos critérios de mensuração, reconhecimento e evidenciação dos ativos imobilizados em empresas do subsetor de transporte listadas na BM&FBOVESPA.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

Nesta seção apresenta-se a sustentação teórica do assunto tratado neste artigo. A subseção Evidenciação Contábil, apresenta a conceituação e sua importância no processo de contabilização; a subseção sobre Ativos Imobilizados: Mensuração, Reconhecimento e Evidenciação contempla os principais aspectos normativos do tema; e na subseção dos Estudos Correlatos apresentam-se alguns resultados obtidos em investigações similares.

### **2.1 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL**

O Pronunciamento Conceitual CPC 27 (2009) delibera que as demonstrações contábeis foram criadas com o objetivo de fornecer às entidades informações sobre a posição patrimonial e financeira, além de possíveis mudanças, constituindo-se em dados úteis à tomada de decisão.

O *International Accounting Standards Boards (IASB)*, por meio das Normas Internacionais de Contabilidade, estabelece que toda a informação relevante deverá ser divulgada e que as demonstrações contábeis sejam claras e compreensíveis. As IFRS consideram a essência, como a “realidade” econômica espelhada em práticas contábeis que evidenciem com maior transparência a posição financeira dos ativos fixos. Nessa ótica, os ativos precisam ser evidenciados pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada e menos as perdas não recuperáveis (Resolução CFC Nº 1.292/2010).

A resolução CFC nº. 1.177/09 expressa que as demonstrações contábeis devem divulgar uma série de informações aos usuários, bem como refletir a transparência no saldo registrado e nas movimentações efetuadas em cada grupo de contas. Como exemplo, citam-se alguns dos principais itens a serem divulgados: a) os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto; b) os métodos de depreciação utilizados; c) as vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas; d) o valor contábil bruto e a depreciação acumulada (e as perdas por redução ao valor recuperável, acumuladas) no início e no final do período; e) a conciliação do valor contábil no início e no final do período demonstrando: i) adições; ii) ativos classificados para venda ou mantidos para tal fim; iii) outras alterações no grupo (CFC, 2009).

## 2.2 ATIVOS IMOBILIZADOS: MENSURAÇÃO, RECONHECIMENTO E EVIDENCIAÇÃO

Os ativos imobilizados representam os itens tangíveis que são mantidos para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos, em que se espera utilizar por mais de um período. Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens (CPC 27, 2009).

Considerando a relevância do imobilizado no patrimônio das empresas e seu impacto no lucro, via depreciação, as alterações promovidas nestes ativos podem impactar relevantemente nas estruturas das empresas (REIS; NOGUEIRA, 2012). Subentende-se que nesse grupo de contas do balanço são incluídos todos os ativos tangíveis ou corpóreos de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da sociedade e de seu empreendimento, assim como os direitos exercidos com essa finalidade (IUDÍCIBUS et al., 2010).

Mazzioni et al., (2013) observam que ao classificar um item como ativo imobilizado a entidade deve analisar se esse item trará benefícios futuros e se o custo dessa aquisição pode ser identificado com confiabilidade. Iudícibus et al. (2010) mencionam como exemplo de itens classificados na categoria de ativo imobilizado: terrenos, máquinas, móveis, veículos, benfeitorias em propriedade de terceiros, etc.

Um item do ativo imobilizado que seja classificado para reconhecimento como ativo deve ser mensurado pelo seu custo. O custo de um ativo imobilizado é equivalente ao preço à vista na data do reconhecimento. Após o reconhecimento como ativo, um item do ativo imobilizado deve ser apresentado ao custo menos a depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada (CPC 27, 2009).

O custo de um item de ativo imobilizado deve ser reconhecido como ativo. A entidade avalia segundo esse princípio de reconhecimento dos seus custos de ativos imobilizados no momento em que eles são incorridos (CPC 27, 2009). O custo de um item do ativo imobilizado compreende: (a) seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos; (b) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para ele ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração; (c) a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este

está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque (CFC, 2009).

O reconhecimento acontece quando for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a entidade e o custo do item puder ser mensurado confiavelmente. Além disso, Iudícibus et al. (2010, p. 223-224) alertam que “um ativo não pode estar reconhecido no balanço por um valor superior ao seu valor recuperável”.

O Pronunciamento Técnico CPC 27 não prescreve a unidade de medida para o reconhecimento, ou seja, aquilo que constitui um item do ativo imobilizado. Assim, é necessário exercer julgamento ao aplicar os critérios de reconhecimento às circunstâncias específicas da entidade (CPC 27, 2009).

Além do objetivo, o pronunciamento também define como deve ser o reconhecimento do custo de um item de ativo imobilizado, os elementos do custo, a mensuração do custo, os métodos de reavaliação, os valores que podem ser depreciáveis, métodos e períodos de depreciação, redução ao valor recuperável de ativos e, por fim, a baixa dos bens (MAZZIONI et al., 2013).

Os ativos precisam ser evidenciados pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada e menos as perdas não recuperáveis. O CPC 27 (CFC, 2009) orienta que, para classificar e registrar bens no ativo imobilizado, as entidades devem ter estruturado em seu sistema contábil um plano de contas, prevendo contas para cada classe principal de ativos, para assim registrar o custo de cada aquisição.

### 2.3 ESTUDOS CORRELATOS

Estudos anteriores evidenciam resultados sobre a temática abordada nesse artigo, do conjunto das novas normas contábeis relacionadas diretamente ao ativo imobilizado, conforme pode ser observado nas pesquisas de Eckert et al. (2012), Mazzioni et al., (2013), Raupp e Beuren (2006), Viviani et al. (2014), Jose Neto e Huppés (2012) e Kaveski, Carpes e Klann (2015).

O estudo de Eckert et al. (2012) aborda as normas que afetam o ativo imobilizado das entidades, relacionadas à avaliação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, à adoção do conceito de custo atribuído e à avaliação do valor recuperável dos ativos (impairment). O estudo identificou os possíveis impactos dessas alterações nas demonstrações contábeis das empresas de bens industriais gaúchas que têm suas ações listadas na BM&FBOVESPA. Os resultados do estudo evidenciam que a alteração na forma de avaliação da vida útil dos bens do ativo imobilizado reduziu significativamente os custos e despesas com depreciação das empresas, gerando impacto positivo no resultado, exceto quando da adoção do custo atribuído.

O estudo de Mazzioni et al. (2013) analisou a evidenciação dos critérios utilizados para a mensuração contábil dos itens do ativo imobilizado de doze empresas do subsetor de máquinas e equipamentos listadas na BM&FBOVESPA, considerando a vigência do Pronunciamento Técnico – CPC 27. A amostra recaiu sobre esse subsetor se levando em consideração as características das empresas quanto à representatividade dos valores aplicados no grupo dos ativos imobilizados. A coleta de dados foi efetuada por meio de fonte secundária advinda das demonstrações financeiras padronizadas, arquivadas no sítio da BM&FBOVESPA. Os resultados indicam que 92% das empresas estudadas atendem em 65% os critérios exigidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 27. Apenas a empresa Lupatech S.A, auditada por big four, evidenciou todos os itens dispostos nesse pronunciamento, atendendo assim 100% dos critérios de mensuração.

A pesquisa de Raupp e Beuren (2006) analisou o processo de mensuração de ativos

imobilizados tendo por base a integração do fair value e do impairment test. Estudos dessa natureza são importantes tendo em vista a carência de pesquisas realizadas e publicadas sobre esta temática, aumentando, assim, a contribuição desta investigação. A coleta de dados envolveu a técnica de documentação indireta, particularmente dados de fontes secundárias. Os resultados indicaram que a mensuração do ativo imobilizado a valor econômico é importante para diferentes tipos de decisões a serem tomadas no âmbito das organizações, como decidir se compra ou não um novo ativo, se é interessante fazer a manutenção do mesmo e quais os investimentos poderão ser feitos com as futuras entradas de caixa a partir da utilização do ativo.

O estudo de Viviani *et al.* (2014) verificou o processo de evidenciação das empresas de bens industriais listadas na BM&FBOVESPA, após a convergência da contabilidade brasileira às IFRS, de acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado. Realizou-se uma pesquisa descritiva, conduzida por meio de análise de conteúdo e abordagem quantitativa, utilizando o cálculo de entropia proposto por Zeleny (1982). A amostra é composta por 34 companhias do setor de bens industriais listadas na BM&FBOVESPA. Os resultados revelaram que a evidenciação dos itens do ativo imobilizado não é realizada de forma homogênea pelas empresas. Uma análise pormenorizada dos itens investigados destacou que a evidenciação para a classe de ativo imobilizado foi a melhor realizada, seguida das políticas de depreciação adotadas pelas empresas, observou-se que grande parte evidencia de forma completa essas informações. Havia a expectativa de que a evidenciação fosse completa, entretanto, algumas empresas apresentaram informações incompletas ou ausentes para alguns itens. Os requisitos que devem ser divulgados referentes ao ativo imobilizado, segundo os preceitos do CPC 27, foram analisados por meio de quatro blocos: classe de ativo imobilizado (bloco 1); conciliação do valor contábil no início e no final do período (bloco 2); métodos adotados e as estimativas das vidas úteis ou as taxas de depreciação (bloco 3); e informações relacionadas (bloco 4).

O estudo de José Neto e Huppés (2012) analisou possíveis alterações ocorridas pela adoção às orientações contidas no CPC 27, no reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados das empresas investigadas. Foi possível observar que, ao final do exercício de 2010, todas as empresas estudadas publicaram suas demonstrações de acordo com os padrões exigidos pelos principais órgãos reguladores, destacando em notas explicativas os principais tópicos das práticas contábeis utilizadas. A pesquisa identificou que apenas duas companhias reconheceram o ativo imobilizado pelo custo atribuído, conforme previsão do CPC 27.

O estudo de Kaveski, Carpes e Klann (2015) identificou os fatores que explicam o nível de divulgação relativo ao CPC 27 – Ativo Imobilizado, por empresas listadas no segmento do Novo Mercado de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, considerando como seus prováveis determinantes as variáveis tamanho, imobilizado total, endividamento e rentabilidade do imobilizado. Em seguida, relacionou o índice de disclosure com variáveis como tamanho, imobilizado total, endividamento e rentabilidade do imobilizado. Inicialmente verificou-se uma média de 59% dos itens requeridos pelo CPC 27, evidenciados por mais de 50% das companhias constantes da amostra. Nenhuma empresa cumpriu todos os itens requeridos. Nos resultados encontrados verificou-se uma relação positiva significativa entre o ativo imobilizado das empresas e o índice de evidenciação, verificado pelos itens correspondentes aos requisitos mencionados no CPC 27, indicando que quanto maior o imobilizado maior é o nível de disclosure relativo ao ativo imobilizado evidenciado. Por outro lado, a rentabilidade apresentou coeficiente negativo, estatisticamente significativo, uma vez que o resultado demonstra que quanto menor a rentabilidade maior é a evidenciação do ativo imobilizado das empresas. Não se verificou associação positiva e significativa no tocante às variáveis tamanho e endividamento da pesquisa.

Os estudos anteriores apresentados trazem significativas compreensões do tema e

evidenciam a importância das práticas relacionadas à evidenciação de ativos imobilizados, apontando que as empresas brasileiras estão ainda em fase de adaptação das novas normas contábeis preconizadas pelas IFRS.

### 3 METODOLOGIA

O estudo analisou os critérios de mensuração, reconhecimento, evidenciação dos ativos imobilizados das empresas do subsetor de transporte listadas na BM&FBovespa. Considerando-se as características da investigação, o estudo é caracterizado como pesquisa descritiva, documental e de caráter quantitativo, analisando os demonstrativos financeiros padronizados e as notas explicativas publicadas pelas empresas que fazem parte da amostra da pesquisa.

Na concepção de Gil (2002, p. 42), “a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Tem como principal atributo a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

A pesquisa documental, de acordo com Gil (2002), baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Este artigo utilizou os documentos de segunda mão, representados pelas demonstrações financeiras padronizadas.

Considerando as características de investigação utilizou-se de pesquisa quantitativa, que tem como um dos pressupostos o emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados (RAUPP; BEUREN, 2003).

A população definida para pesquisa foram as companhias de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA, com publicação dos demonstrativos contábeis padronizados. A amostra foi composta por trinta e nove empresas do subsetor de transporte que disponibilizaram todos os dados necessários para operacionalizar as variáveis definidas no estudo.

O subsetor de transporte é composto pelos segmentos de transporte aéreo, ferroviário, hidroviário, rodoviário, exploração de rodovias e serviços de apoio e armazenagem. Em que pese as empresas dos distintos segmentos possuírem características de imobilizados diferentes, as informações requeridas pelo CPC 27 são as mesmas para todas as empresas. A escolha por esse tipo de atividade se deve à quantidade de movimentação de seus ativos imobilizados.

Para a coleta de dados utilizou-se as demonstrações financeiras padronizadas referente ao exercício de 2014, publicadas na BM&FBOVESPA, considerando a evidenciação dos ativos imobilizados e o conteúdo das notas explicativas para concretizar a análise e levantamento de dados. Após todas as considerações e selecionadas as empresas, foram considerados os aspectos do Quadro 1 para a coleta de dados.

Quadro 1 - Itens considerados na coleta de dados

1	Os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto;
2	Os métodos de depreciação utilizados;
3	As vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas;
4	O valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperáveis acumuladas) no início e no final do período;
5	A conciliação do valor contábil no início e no final do período;
6	A existência e os valores contábeis de ativos cuja titularidade é restrita, como os ativos imobilizados formalmente ou na essência oferecidos como garantia de obrigações e os adquiridos mediante operação de leasing conforme o Pronunciamento Técnico CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil;
7	O valor dos gastos reconhecidos no valor contábil de um item do ativo imobilizado durante a sua construção; (verificar ativos construído internamente);
8	A depreciação quer reconhecida no resultado, quer como parte do custo de outros ativos, durante o período;
9	A depreciação acumulada no final do período.

Fonte: Elaborado de acordo com CPC 27 (2009).

Considerando um conjunto de informações reunidas pelos critérios do CPC 27, procedeu-se o cálculo do índice de conformidade e divulgação, considerando o total de itens evidenciados em relação ao total de itens exigidos.

Inicialmente, foi testado se haviam diferenças significativas nos níveis de evidenciação, a partir de características específicas das empresas a exemplo do nível de governança corporativa, da empresa de auditoria, do percentual do imobilizado em relação ao ativo total, o tamanho da empresa representado pelo seu ativo total, do retorno sobre ativos, do crescimento de vendas, da alavancagem financeira e da concentração de propriedade.

Em seguida, a partir da melhor adequação do modelo utilizado, foram consideradas as variáveis descritas no Quadro 2, no intuito de avaliar possíveis fatores explicativos da evidenciação contábil.

Quadro 2: Mensuração das variáveis para regressão linear multivariada

Variáveis Testadas	Proxy	Fonte
Nível de governança corporativa	1 para empresas com NGC; 0 para as demais	BM&FBOVESPA
Tamanho	Logarítmico natural do Ativo Total	Economática
Alavancagem financeira	PC + PNC / Patrimônio Líquido	Economática
Auditoria externa	1= Big Four ; 0 = outras	BM&FBOVESPA

Fonte: Dados da pesquisa.

Para analisar a influência das variáveis explicativas sobre a variável dependente, utilizou-se o seguinte modelo econométrico:

$$ECPC27 = \beta_0 + \beta_1NGC + \beta_2AUD + \beta_3Ln\_TAM + \beta_4ALAV + \varepsilon$$

Onde:

ECP27 = nível de evidenciação do CPC 27;

NGC = nível de governança corporativa;

AUD = tipo de empresa de auditoria;

Ln\_TAM = logaritmo natural do tamanho, considerando o ativo total;

ALAV = alavancagem financeira.

Para a análise foram considerados os pressupostos aplicados à regressão, incluindo a multicolinearidade, a autocorrelação de resíduos, a distribuição normal dos resíduos e a homoscedasticidade, de modo que os resultados sejam mais confiáveis.

A inexistência de multicolinearidade dos dados foi verificada por meio dos testes Tolerance (Tolerância) e VIF (Fator de Inflação da Variância), fornecida automaticamente pelo software SPSS®. Gujarati (2006) e Hair et al. (2005) observam que quando os valores dos testes estão próximos da unidade é indicativo de não detecção de multicolinearidade, utilizando os parâmetros seguintes.

(i) Teste VIF: (a) até 1 – sem multicolinearidade; (b) de 1 até 10 – com multicolinearidade aceitável; (c) acima de 10 – com multicolinearidade problemática.

(ii) Teste Tolerance: (a) até 1 – sem multicolinearidade; (b) de 1 até 0,10 – com multicolinearidade aceitável; (c) abaixo de 0,10 – com multicolinearidade problemática.

O teste de Durbin-Watson (DW) ou a estatística *d* de Durbin-Watson, também fornecido automaticamente pelo SPSS®, verifica a ausência de autocorrelação serial dos resíduos. O atendimento do pressuposto ocorre quando os valores da estatística DW se posicionam próximos a 2 (GUJARATI, 2006).

A avaliação do pressuposto da distribuição normal dos resíduos foi executada por meio do teste Kolmogorov-Smirnov *Z*, considerando os resíduos padronizados da regressão. A normalidade da distribuição se verifica quando a significância do teste for maior que  $\alpha$ , normalmente definida como 5% ou 1% (CUNHA; COELHO, 2012).

Para examinar a existência da homoscedasticidade no comportamento dos resíduos, que indica se os dados são homogêneos em sua distribuição, utilizou-se o teste de Pesarán-Pesarán. A realização do teste implica regressar o quadrado dos resíduos padronizados ( $Z_{re\_2}$ ) como função do quadrado dos resíduos estimados padronizados ( $Z_{pr\_2}$ ). Para atendimento do pressuposto, o valor da significância deverá ser superior a 0,05 no referido teste ANOVA (CUNHA; COELHO, 2012).

#### 4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta a análise dos dados coletados e em que medida atende aos objetivos do estudo. As empresas que atenderam a todos os critérios do CPC 27 baseados no Quadro 1, apresentaram critérios de mensuração a valor de custo de aquisição e foram evidenciados pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada e as perdas não recuperáveis. As demais empresas atenderam em média 68,89% dos itens do Quadro 1, e a média geral foi de 72,08% de conformidade com os itens analisados.

A Tabela 1 também apresenta a estatística descritiva das outras seis variáveis quantitativas utilizadas nas análises dos níveis de evidenciação. O imobilizado (IMOB) é a porcentagem que o ativo imobilizado representa do ativo total.

6 Big Four é a denominação utilizada para referir-se às quatro maiores empresas especializadas em auditoria no mundo: EY, PwC, Deloitte e KPMG.

7 Exame da correlação existente entre as diversas variáveis independentes (CUNHA; COELHO, 2012).

8 O modelo pressupõe que a correlação entre os resíduos é zero, implicando que o efeito de uma observação de dada variável *X* é nulo sobre as observações seguintes (CUNHA, COELHO, 2012).

9 O conjunto dos resíduos produzidos em todo o intervalo das observações deve apresentar distribuição normal, indicando que os casos amostrados se dispõem normalmente em toda a extensão da população (CUNHA, COELHO, 2012).

10 Dispersão homogênea das ocorrências de *Y* em relação a cada observação de *X* (CUNHA, COELHO, 2012).

O tamanho da empresa é representado pelo seu ativo total (TAM). O retorno sobre os ativos (ROA) é a relação do lucro líquido sobre o ativo total. O CV mede o crescimento de vendas das empresas analisadas, do ano anterior em relação ao ano atual. A alavancagem financeira (ALAV) é a relação do ativo circulante mais ativo não circulante (capital de terceiros) em relação ao patrimônio líquido (capital próprio). A concentração de propriedade (CONC) leva em consideração o percentual de ações de propriedade dos 3 maiores acionistas.

Tabela 1 – Estatística descritiva

	<b>EVID</b>	<b>IMOB</b>	<b>TAM</b>	<b>ROA</b>	<b>CV</b>	<b>ALAV</b>	<b>CONC</b>
Média	0,7208	0,24	6.074.835,28	1,43	0,75	4,71	84,28
Mediana	0,7778	0,05	2.584.860,00	2,65	0,10	3,22	100,00
Desvio padrão	0,2457	0,28	9.761.524,49	21,13	3,74	5,53	19,52
Mínimo	0,1111	0,00	89,00	-112,40	-0,42	0,00	33,00
Máximo	1,0000	0,83	54.410.743,00	33,70	23,43	30,96	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar as empresas do subsetor de transporte listadas na BM&FBOVESPA, observa-se na Tabela 1 que o tamanho das empresas é muito distinto e que são altamente concentradas. De modo geral, o desvio padrão indica que as variáveis analisadas demonstram heterogeneidade entre as empresas da amostra. O presente estudo apresentou resultados parecidos de heterogeneidade quando comparados com o estudo de Viviani et al. (2014).

A Tabela 2 apresenta o teste de médias, para verificar o nível de evidenciação contábil do CPC 27, a partir de diferentes critérios de agregação em relação às diferentes características das empresas.

O teste t de médias apresenta cálculos a partir das amostras independentes, para verificar se há diferenças entre as médias dos índices de evidenciação contábil entre os grupos. As empresas foram separadas por grupos; e no painel A, o grupo 1 é composto pelas empresas com níveis diferenciados de governança corporativa e o grupo 2 pelas empresas do mercado tradicional. No painel B, o grupo 1 considera as empresas auditadas por big four e o grupo 2 pelas demais empresas. Os demais painéis foram separados de acordo com a mediana de cada variável, em que o grupo 1 reúne as empresas com valores iguais ou superiores à mediana e o grupo 2 aquelas que ficaram abaixo da mediana.

Tabela 2 – Teste t de médias

<b>Painel A - Nível de governança corporativa</b>					
NGC	N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média	
IE	2	28	0,6826	0,2734	0,0517
	1	11	0,8182	0,1141	0,0344
<b>Painel B - Empresa de auditoria</b>					
AUD	N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média	
IE	2	16	0,6320	0,3162	0,0790
	1	23	0,7826	0,1623	0,0338
<b>Painel C - % do ativo imobilizado sobre o ativo total</b>					
IMOB	N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média	
IE	2	19	0,6316	0,3166	0,0726
	1	20	0,8056	0,1012	0,0226
<b>Painel D - Ativo total</b>					
TAM	N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média	
IE	2	19	0,6023	0,2970	0,0681
	1	20	0,8333	0,0987	0,0220
<b>Painel E - Retorno sobre ativos</b>					
ROA	N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da	
IE	2	18	0,7469	0,1973	0,0465
	1	21	0,6984	0,2836	0,0619
<b>Painel F – Crescimento de vendas</b>					
CV	N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média	
IE	2	19	0,7544	0,2178	0,0500
	1	20	0,6889	0,2712	0,0606
<b>Painel G - Alavancagem financeira</b>					
ALAV	N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média	
IE	2	19	0,7135	0,2575	0,0591
	1	20	0,7278	0,2404	0,0538
<b>Painel H – Concentração de propriedade</b>					
CONC	N	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média	
IE	2	19	0,7895	0,1477	0,0339
	1	20	0,6556	0,3014	0,0674

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados da Tabela 2 indicam que as empresas com níveis diferenciados de governança corporativa (NGC), apresentaram médias superiores de evidência de informações relacionadas ao ativo imobilizado, conforme esperado. No painel B, pode-se observar que as empresas auditadas (AUD) por Big Four, apresentaram médias de evidência superiores às demais empresas, conforme esperado.

Os resultados da Tabela 3 indicam que as empresas com maiores níveis de evidência possuem maiores médias de ativo imobilizado. Do mesmo modo, as empresas maiores em tamanho (ativo total) apresentaram níveis maiores de evidência, conforme esperado.

Por outro lado, ao contrário do esperado, os painéis E e F indicam que empresas com menores médias em ROA (Painel E) e em crescimento de vendas (Painel F), apresentaram maiores níveis de evidência. As empresas com maior nível de alavancagem financeira (Painel G), apresentaram níveis mais elevados de evidência, diferente do esperado. E, as empresas com menores níveis de concentração de propriedade apresentaram maiores níveis de evidência, conforme o esperado.

A Tabela 3 apresenta o teste de Levene para verificar a igualdade das variâncias. Quando o teste se mostrar significativo ( $<0,05$ ), estatisticamente as variâncias são diferentes utilizando-se os dados das variâncias iguais não assumidas, quando não significativo ( $>0,05$ ) utilizam-se as variâncias iguais assumidas.

Tabela 3 – Teste de amostras independentes

VARIÁVEIS	Teste de Levene para	teste-t para igualdade de médias				
	F	Sig.	t	df	Sig.	
<b>Painel A - Nível de Governança corporativa</b>						
IE	Variâncias	5,1149	0,0297	-1,5822	37,0000	0,1221
	Variâncias			-2,1855	36,7464	0,0353
<b>Painel B - Empresa de auditoria</b>						
IE	Variâncias	14,5612	0,0005	-1,9526	37,0000	0,0585
	Variâncias			-1,7524	20,5351	0,0946
<b>Painel C - % do ativo imobilizado sobre o ativo total</b>						
IE	Variâncias	26,4418	0,0000	-2,3370	37,0000	0,0250
	Variâncias			-2,2873	21,4697	0,0324
<b>Painel D - Ativo total</b>						
IE	Variâncias	23,7965	0,0000	-3,2937	37,0000	0,0022
	Variâncias			-3,2249	21,7484	0,0039
<b>Painel E - Retorno sobre ativos</b>						
IE	Variâncias	1,8875	0,1777	0,6096	37,0000	0,5459
	Variâncias			0,6265	35,6084	0,5350
<b>Painel F – Crescimento de vendas</b>						
IE	Variâncias	1,1166	0,2975	0,8288	37,0000	0,4125
	Variâncias			0,8336	36,0267	0,4100
<b>Painel G - Alavancagem financeira</b>						
IE	Variâncias	0,0935	0,7615	-0,1797	37,0000	0,8584
	Variâncias			-0,1794	36,4671	0,8586
<b>Painel H – Concentração de propriedade</b>						
IE	Variâncias	9,1250	0,0046	1,7470	37,0000	0,0889
	Variâncias			1,7755	27,9314	0,0867

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir do teste de Levene e do teste t de médias apresentado na Tabela 3, pode-se observar que o nível de evidênciação das empresas maiores é estatisticamente mais elevado que as empresas menores, significativo ao nível de 1% (Painel D). As empresas com níveis mais elevados de governança corporativa e com maior percentual de ativos imobilizados apresentaram níveis estatisticamente mais elevados de evidênciação contábil do CPC 27, significativo ao nível de 5%. Já as empresas com auditoria realizada por big four e com menor concentração de propriedade apresentaram níveis mais elevados de evidênciação contábil, significativos ao nível de 10%.

Os resultados dos painéis E, F e G indicaram que as médias de evidênciação contábil das empresas separadas pelo ROA, CV e ALAV não são estatisticamente significativas, não se constituindo em fatores determinantes para explicar o comportamento das empresas. A Tabela 4 apresenta a correlação de Pearson entre as variáveis explicativas utilizadas no modelo econométrico para explicar o nível de evidênciação das informações contábeis.

constituindo em fatores determinantes para explicar o comportamento das empresas.

A Tabela 4 apresenta a correlação de Pearson entre as variáveis explicativas utilizadas no modelo econométrico para explicar o nível de evidenciação das informações contábeis.

Tabela 4 – Correlação de Pearson

	Ln_TAM	ALAV
Ln_TAM	1	
ALAV	0,270	1

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 4 apresenta o grau de correlação entre as variáveis em 0,270, apontando para correlação fraca (DANCEY; REIDY, 2006), indicando capturar diferentes aspectos da evidenciação, cujo uso não provoca problemas de heterocedasticidade.

A Tabela 5 evidencia os resultados da regressão linear multivariada para explicar o nível de evidenciação das informações do CPC 27.

Tabela 5 – Regressão linear multivariada

Variável dependente: nível de evidenciação dos ativos imobilizados					
Variáveis	Coefficientes não	Coefficientes padronizados	t	Significância	
	B	Modelo padrão			
(Constante)	-0,2179	0,2484		-0,8770	0,3866
NGC	0,0601	0,0798	0,1114	0,7521	0,4571
AUD	0,1550	0,0687	0,3144	2,2558	0,0306**
Ln_TAM	0,0558	0,0175	0,4725	3,1912	0,0030***
ALAV	0,0033	0,0066	0,0736	0,4914	0,6263
Estatística F	5,0386***				
R <sup>2</sup> ajustado	0,2983				
Tolerance	1 até 0,10				
VIF	1 até 10				
DW	2,0666				
K-S	0,9378				
<i>Pesarán-Pesarán</i> (significância)	0,946b				

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 5 considera as variáveis explicativas de nível de governança corporativa, auditoria, tamanho da empresa e alavancagem financeira sobre o nível de evidenciação das informações exigidas pelo CPC 27. O modelo produziu R<sup>2</sup> ajustado de 29,83% para explicar a o índice de evidenciação de informações do ativo imobilizados, a partir das variáveis independentes utilizadas, apresentando relação positiva e estatisticamente significativa com a variável dependente ao nível de 1% (estatística F).

Em relação às variáveis explicativas, o tamanho da empresa apresentou relação positiva e com significância ao nível de 1% com a variável dependente, confirmando que o Índice de Evidenciação relativo ao imobilizado é influenciado pelo tamanho da empresa, conforme o esperado.

Empresas auditadas por uma grande empresa de auditoria (big four) apresentaram relação positiva e significativa com o nível de evidenciação das informações do CPC 27, ao nível de 5%. Destaca-se, neste caso, que as empresas maiores tendem a ter controles internos mais eficientes e optam por grandes empresas de auditoria. As empresas big four tendem a exigir de seus cli-

entes melhores evidenciações, para não colocar em risco a integridade e reputação da empresa de auditoria. Assim, empresas auditadas por big four melhoram seus níveis de evidenciação, aumentando o grau de confiança dos usuários (ALMEIDA; ALMEIDA, 2009).

As variáveis NGC e ALAV não se mostraram significativas para explicar o nível de evidenciação do CPC 27, no modelo econométrico utilizado. O presente estudo obteve resultados diferentes na aplicação da regressão linear multivariada em relação ao estudo de Kaveski, Carpes e Klann (2015), que não encontrou significância na variável tamanho (TAM). De modo geral, empresas de grande porte e auditadas por big four possuem níveis de evidenciação mais elevados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi analisar o nível de conformidade nos critérios de mensuração, reconhecimento e evidenciação dos ativos imobilizados em empresas do subsetor de transporte listadas na BM&FBOVESPA.

Para tanto, utilizou-se da análise das demonstrações financeiras das notas explicativas publicadas, verificando os critérios dispostos pelo CPC 27: mensuração dos ativos imobilizados pelo seu custo de aquisição, reconhecimento como benefício provável e futuro, evidenciado pelo custo menos depreciação e perda de valor não recuperável, valores depreciáveis, ativo construído internamente. Diante desses critérios foram constituídas as variáveis para análise do índice de evidenciação com nível de governança corporativa, empresa de auditoria, tamanho e alavancagem financeira.

Inicialmente verificou-se que as 39 empresas apresentaram uma média de 72,08% de atendimento aos itens requeridos pelo CPC 27 e apenas quatro empresas cumpriram com todos os itens dispostos. A partir do teste t e do teste de Levene, pode-se concluir que o nível de evidenciação das empresas maiores é estatisticamente mais elevado que as empresas menores, conforme esperado. Pode-se dizer que as empresas com índices mais elevadas de nível de governança e auditadas por big four possuem controles internos melhores e mais eficientes.

Nos resultados encontrados verificou-se que a relação entre o ativo imobilizado das empresas e o índice de evidenciação é distinta, pois as empresas que tiveram maiores níveis de imobilizado nem sempre atenderam a todos os dispostos requeridos. As empresas auditadas por big four e com maiores níveis de governança corporativa apresentaram índices mais elevados de evidenciação, conforme esperado. Entretanto, as variáveis de NGC e ALAV não são significativas para explicar níveis de evidenciação do CPC 27 no modelo de regressão linear utilizado.

As notas explicativas são relatórios importantes, principalmente, para usuários externos e pode-se afirmar que empresas estão se adequando às novas normas brasileiras de contabilidade, sobretudo, as de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA. Observa-se que como a pesquisa foi limitada a 39 empresas do subsetor de transporte, os resultados apresentados não podem ser generalizados para todo o cenário de empresas de capital aberto brasileiro.

De modo geral, os resultados apontaram que os fatores explicativos do nível de evidenciação estão relacionados ao tamanho das empresas e do tipo de auditoria utilizada; e empresas maiores e auditadas por big four apresentaram evidenciação superior às demais.

Recomenda-se para trabalhos futuros a ampliação do universo de pesquisa, visto que uma nova amostra permitirá a utilização deste estudo para fins de comparabilidade dos resultados. Outra recomendação diz respeito à utilização de diferentes variáveis e de pesquisas envolvendo amostras de mais empresas brasileiras ou migrar para empresas internacionais.

## 6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. E. F.; ALMEIDA, J. C. G. Auditoria de gestão e ganhos: Estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas quatro grandes e demais firmas de auditoria. **Revista Contabilidade & Finanças**, v.20, n. 50, p. 62-74, 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976 [...]. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Lei das Sociedades Anônimas (1976-2008). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2014.

BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS - BM&FBOVESPA S.A. **Empresas Listadas**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br>>. Acesso em: 15 out 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **Pronunciamento técnico CPC 27**. Ativo Imobilizado. Disponível em:<<http://www.cpc.org.br/pdf/cpc%2027.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2014.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **Instrução CVM 469, de 02 de maio de 2008**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Resolução CFC Nº 1.292/2010**. Disponível em: <<http://portalcfc.org.br>>. Acesso em: 31 ago. 2014.

CUNHA, J. V. A.; COELHO, A. C. D. Regressão linear múltipla. In: CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. (Orgs.). **Análise multivariada para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. São Paulo: Atlas, 2012.

DANCEY, C.; REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia: usando spss para windows**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed. 2006.

REIS, L. G; NOGUEIRA, D. R. Disclosure do Ativo Imobilizado: Análise das práticas pelas empresas do Novo Mercado considerando o CPC 27. **Revista de Estudos Contábeis**, v. 3, n. 4, p. 54-67, 2013.

ECKERT, A.; MECCA, M. S.; BIASIO, R.; DE SOUZA, K. M. Normas contábeis de reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado: impacto em empresas de bens industriais gaúchas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade e Controladoria-RC&C**, v. 4, n. 2, p.69-89, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: 2002.

GUJARATI, D. N. **Econometria básica**. 4. ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2006.

HAIR, JR. J. F.; BABIN, B.; MONEY, A.H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS – IFRS. **Alteração da Lei 11638**. Disponível em: <<http://www.ifrs.org>>. Acesso em: 15 out. 2014.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

JOSE NETO, A. F.; HUPPES, C. M. CPC 27–Ativo Imobilizado: um estudo de sua aplicação nas empresas do setor industrial listadas no novo mercado no ano de 2010. In: Congresso internacional de administração: gestão estratégica. 2012. Ponta Grossa – PR. **Anais...** 2012.

KAVESKI, I. D. S., CARPES, A. M. D. S., KLANN, R. C. Determinantes do Nível de Conformidade das Evidenciações Relativas ao CPC 27 em Empresas do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 14, n. 41, p33-45, 2015.

MAZZIONI, S.; KRUGER, S. D.; ALBERTI, F., GUBIANI, C. A. Análise da mensuração contábil dos ativos imobilizados das empresas do subsetor de máquinas e equipamentos listadas na BM&FBOVESPA. In: International Conference on Information Systems and Technology Management – CONTECSI, 10., 2013. São Paulo-SP. **Anais...** São Paulo: Contecsi, 2013.

MURCIA, F. D. R., SOUZA, M. M. D., WUERGUES, A. F. E., & Duarte, G. Realização ou estorno da reserva de reavaliação: fatores determinantes da escolha das companhias abertas no Brasil após o advento da Lei 11.638/07. **ASAA-Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 6, n.1, p. 112-133, 2013.

RAUPP, F. M; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: 2003. p. 76-97.

RAUPP, F. M., BEUREN, I. M. Proposta de mensuração de ativos imobilizados por meio do fair value e do impairment test. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006. São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2006.

VIVIANI, S.; BECK, F.; HALL, R. J.; KLANN, R. C. Evidenciação do ativo imobilizado nas empresas do setor de bens industriais da BM&FBovespa. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v.33, n. 3, p. 21-34, 2014.